

Habitação e Desenvolvimento Urbano, convocatória da Conferência Municipal das Cidades, aprovação de Estudo de Impacto de Vizinhança, apreciação de projetos especiais e alterações no regimento interno do Conselho. Na sequência, apresentou a proposta de calendário das reuniões ordinárias para o ano de 2026, com previsão de realização nos meses de fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro, preferencialmente na terceira terça-feira de cada mês, podendo haver ajustes conforme a demanda e respeitando os prazos regimentais de convocação. Destacou ainda a intenção de priorizar reuniões presenciais, sem prejuízo da realização de reuniões virtuais quando necessário. Não havendo manifestações ou questionamentos por parte dos conselheiros, Sarah Farias agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a reunião, informando que a ata será encaminhada para assinatura dos conselheiros. EVYSDANNA GOMES DE PAULA, SECRETÁRIA DO URBANISMO, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE.

ATA DA IX REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO - COMDUH - No dia 10 de março de 2026, no Auditório do Paço Municipal, realizou-se a IX Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação (COMDUH) de Sobral, com a seguinte pauta: (i) Prestação de contas do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação (FMDUH). A reunião foi iniciada por Sarah Farias, Coordenadora de Planejamento Urbano e suplente da Presidente do COMDUH, que cumprimentou os presentes e convidou Evysdanna de Paula, Secretária do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente e Presidente do COMDUH, para realizar a fala inicial. Evysdanna de Paula iniciou sua fala saudando os conselheiros e registrando o início da nona reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Informou que a reunião possuía pauta única, referente à prestação de contas do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação (FMDUH), com o objetivo de apresentar aos conselheiros a execução financeira do fundo, demonstrando como foram aplicados os recursos e qual o saldo remanescente do período analisado. Em seguida, passou a palavra para Sarah Farias, que deu continuidade à condução da reunião e convidou o senhor Nailton Menezes para realizar a apresentação da prestação de contas. Nailton Menezes cumprimentou os conselheiros e informou que atualmente exerce a função de coordenador financeiro do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, vinculado à Secretaria do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente. Na ocasião, apresentou o balanço referente ao exercício de 2025, detalhando as receitas, despesas e a execução orçamentária do fundo. Em relação às fontes de receita, informou que no exercício de 2025 não houve aportes diretos do município, sendo a arrecadação composta principalmente pelas taxas de regularização urbanística, cobradas em processos de regularização realizados pela Secretaria do Urbanismo e Meio Ambiente, quando empresas ou cidadãos necessitam regularizar situações como acréscimo ou supressão de área em edificações. Destacou que atualmente essa é a principal fonte de arrecadação do fundo, sendo os recursos destinados ao custeio de ações deliberadas pelo Conselho. Apresentou os valores arrecadados no período, informando que o saldo bancário transferido de 2024 para 2025 foi de R\$148.345,76, correspondente a aproximadamente 40% da receita total do exercício. As taxas de regularização arrecadadas ao longo de 2025 totalizaram aproximadamente R\$204.310,37, correspondendo a cerca de 55% da receita total. Já os rendimentos bancários somaram aproximadamente R\$16.657,52. Dessa forma, o total de receitas do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação em 2025 foi de R\$369.313,65. Quanto às despesas, Nailton Menezes informou que a execução financeira foi bastante simples, uma vez que praticamente toda a despesa do fundo foi destinada aos aluguéis sociais, concedidos a famílias em situação de vulnerabilidade no município. Destacou que 99,7% das despesas do fundo foram destinadas a eles. Apresentou que o total pago com aluguéis sociais em 2025 foi de R\$235.270,00, acrescido de taxas bancárias de manutenção da conta, no valor total de R\$759,00, resultando em uma despesa total de R\$236.029,00 no período. Em seguida, apresentou o panorama mensal de famílias beneficiadas pelo programa de locação social ao longo do ano. Informou que, em janeiro e fevereiro, havia 53 famílias beneficiadas, em março e abril, 51 famílias, em maio, 49 famílias, em junho e julho, 45 famílias, em agosto, 46 famílias, em setembro, 47 famílias, e nos meses de outubro, novembro e dezembro, 46 famílias beneficiadas. Ressaltou que o benefício possui caráter temporário, conforme análise técnica realizada por assistentes

sociais, que avaliam a situação de vulnerabilidade das famílias beneficiadas. Destacou ainda que houve redução no número de benefícios em relação ao ano de 2024, quando o programa atendia um número maior de famílias, chegando próximo de 100 beneficiários em anos anteriores. Informou que a tendência atual é de redução gradativa, tendo o programa iniciado o ano com 53 famílias e encerrado com 46 famílias beneficiadas. Por fim, informou que o saldo remanescente do fundo ao final de 2025, a ser transferido para o exercício seguinte, foi de aproximadamente R\$133.284,65. Destacou ainda que todo o material apresentado, incluindo extratos bancários, relatórios financeiros do sistema da Secretaria de Finanças (SEFIN) e demais documentos comprobatórios, foi previamente encaminhado aos conselheiros por e-mail e disponibilizado no grupo de WhatsApp do Conselho. Após a apresentação, foi aberta a palavra para as manifestações dos conselheiros. Na ocasião, Eliano Vieira, representante titular do Instituto Federal do Ceará, questionou se os valores do aluguel social eram fixos ou variáveis. Em resposta, foi esclarecido que os valores variam entre R\$250,00 e R\$450,00, conforme avaliação técnica realizada pelas equipes de assistência social, que consideram o grau de vulnerabilidade das famílias beneficiadas. Em seguida, a conselheira Cláudia Costa, representando a titularidade da Secretaria dos Direitos Humanos e Assistência Social, solicitou a palavra e informou que existe uma parceria próxima entre a SEDHAS e a Secretaria do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente na gestão das famílias beneficiadas pelo aluguel social. Explicou que a SEDHAS acompanha essas famílias por meio da rede socioassistencial, identificando o território de referência e o CRAS responsável pelo acompanhamento, além de verificar se essas famílias estão inseridas em outros programas sociais, como benefícios eventuais e auxílio com cestas básicas e gás. Encerradas as manifestações, foi colocada em votação a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação referente ao exercício de 2025. A presidente perguntou se algum conselheiro se opunha à aprovação. Não havendo manifestações contrárias, foi registrada a aprovação da prestação de contas por unanimidade, conforme quórum deliberativo previsto no Regimento Interno. Na sequência, foi apresentado um informe sobre a realização de uma reunião extraordinária do Conselho, que será convocada com antecedência mínima de cinco dias úteis, conforme o regimento interno. A pauta da reunião será a deliberação sobre enquadramento de atividade como atrativa de vizinhança, conforme previsto na legislação municipal de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Lei Complementar nº 91 de 17 de Novembro de 2023. Foi esclarecido que a legislação prevê uma lista exemplificativa de atividades consideradas atrativas de vizinhança, podendo novas atividades serem enquadradas mediante análise da Secretaria do Urbanismo e Meio Ambiente e aprovação do Conselho. Também foi explicado que esse enquadramento permite flexibilização de alguns parâmetros urbanísticos, e que a deliberação do conselho ocorrerá para um empreendimento específico, sem alteração da legislação vigente. Informou-se ainda que o material referente ao empreendimento será encaminhado previamente aos conselheiros por e-mail e WhatsApp, e que, por se tratar de reunião extraordinária de pauta única, a reunião deverá ocorrer de forma virtual. Por fim, a secretária Evysdanna de Paula fez a fala de encerramento, agradecendo a presença dos conselheiros e reforçando a importância da participação de todos nas discussões e deliberações do Conselho para o desenvolvimento da cidade. EVYSDANNA GOMES DE PAULA, SECRETÁRIA DO URBANISMO, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS DE SOBRAL 2026 - Aos vigésimo primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, às 08h30, na sala da Escola de Gestão do SUAS da Secretaria dos Direitos Humanos e da Assistência Social - SEDHAS, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS Sobral. Pautas: Apresentação e formação das 05(cinco) Comissões Temáticas do CMAS; Cronograma das visitas a serem realizadas pela Comissão Temática Permanente de Documentação e Cadastro. Na sequência, a Presidente Ana Gilmaiza Tomaz Lourenço procedeu à abertura dos trabalhos, agradecendo a participação de todos os presentes. Informou que não houve quórum suficiente para dar continuidade às pautas previstas, tendo em vista a ausência de 02 (duas) instituições necessárias para sua composição. Dando continuidade, destacou a importância de que as reuniões do Conselho sejam realizadas na sede da Secretaria dos Direitos Humanos e da Assistência Social (SEDHAS), considerando a disponibilidade de espaço adequado,

ambiente climatizado e melhores condições para acomodação dos conselheiros e convidados. Em seguida, apresentou as comissões temáticas do Conselho, sendo: Comissão Temática Permanente de Política de Assistência Social; Comissão de Documentação e Cadastro; Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização; Comissão de Gerenciamento do Fundo Municipal de Assistência Social; e Comissão de Ética. Ressaltou a necessidade de priorização da Comissão de Documentação e Cadastro, tendo em vista que todas as entidades da sociedade civil que desejem pleitear editais, recursos, termos de fomento ou emendas parlamentares precisam estar devidamente inscritas e com cadastro atualizado no CMAS. Abordou ainda o Censo SUAS 2025, destacando sua relevância no que se refere à estrutura e funcionamento do Conselho, bem como sua influência no financiamento e no planejamento de ações que garantam direitos, controle social e participação popular. Reforçou a necessidade de composição paritária do Conselho, sendo 07 (sete) representantes do governo e 07 (sete) da sociedade civil. Informou que, na última eleição, não foi possível alcançar a paridade, em razão da ausência de representante dos usuários do SUAS, o que compromete o pleno funcionamento do Conselho. Foi então contextualizada a necessidade de preenchimento dessa vaga por um representante da sociedade civil que seja usuário dos serviços socioassistenciais, como Cadastro Único, CRAS, CREAS, acolhimento institucional, Centro POP, entre outros. Na ocasião, foi apresentada aos conselheiros a proposta de inclusão do Instituto Trevo de Quatro Folhas - Casa Acolhedora de Sobral, entidade que presta relevantes serviços no município, especialmente no atendimento a mães em situação de vulnerabilidade, com histórico de uso de álcool e outras substâncias, acompanhadas de seus filhos na primeira infância (até 06 anos). A instituição desenvolve ações voltadas à socialização, inserção no mercado de trabalho e fortalecimento de vínculos familiares, sendo considerada apta a contribuir com a representação em aberto. Na sequência, a Presidente tratou sobre as entidades inscritas no CMAS, recomendando à Secretária Oneide a realização de levantamento dos CNPJs de todas as entidades, a fim de identificar aquelas que se encontram aptas, inaptas ou com baixa cadastral. Após esse levantamento, as informações deverão ser apresentadas ao Conselho para deliberação e posterior realização de visitas institucionais. A conselheira Nayana informou que será encaminhado ofício contendo os nomes de duas representantes que irão substituí-la no Conselho. Por fim, ficaram definidos os seguintes encaminhamentos: Realização da Reunião Extraordinária no dia 28 de janeiro de 2026 online - MEET; Envio, por e-mail, do Regimento Interno do CMAS aos conselheiros. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Ana Gilmaiza Tomaz Lourenço, Presidente do CMAS, declarou encerrada a Reunião. Para constar, eu, Oneide Pastora da Silva, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será devidamente assinada pelos representantes presentes. Sobral, 21 de janeiro de 2026. ANA GILMAIZA TOMAZ LOURENÇO - Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS DE SOBRAL 2026 - Aos vigésimo oitavo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, às 15h, online - MEET, realizou-se a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS Sobral. Pautas: Apresentação e formação das 05(cinco) Comissões Temáticas do CMAS; Cronograma das visitas a serem realizadas pela Comissão Temática Permanente de Documentação e Cadastro. Na sequência, a Presidente Ana Gilmaiza Tomaz Lourenço iniciou a reunião cumprimentando cordialmente todos os presentes e agradecendo o compromisso dos conselheiros participantes. Destacou que, embora o número de presentes garantisse quórum suficiente para deliberações, ainda se encontrava abaixo do ideal diante da quantidade de demandas que o Conselho precisa enfrentar ao longo do ano. Ressaltou que o colegiado é composto por um número maior de representantes, sendo fundamental fortalecer a participação ativa tanto dos membros titulares quanto dos suplentes, a fim de garantir uma distribuição mais equilibrada das responsabilidades. Foi lembrado que a Secretária Executiva do CMAS, Oneide, havia encaminhado previamente, por e-mail, documento explicativo sobre as comissões do Conselho, detalhando suas atribuições, competências e funcionamento. A Presidente reforçou a importância da leitura do material, destacando que a organização interna do colegiado depende do entendimento claro do papel de cada comissão. Solicitou, ainda, que os conselheiros disponibilizassem um e-mail de contato direto, além do institucional, a fim de assegurar que as comunicações e documentos cheguem efetivamente a todos, evitando

falhas de comunicação. Antes de dar continuidade à pauta prevista, a Presidente consultou o colegiado sobre a inclusão de uma nova pauta referente à apresentação de duas visitas realizadas pela Comissão de Documentação e Cadastro. Justificou a urgência da inclusão em razão da existência de instituições aguardando visita técnica há longo período, em alguns casos superior a dois anos, as quais dependem da certificação do Conselho para participação em editais de financiamento. Ressaltou que, embora o regimento interno estabeleça prazo aproximado de 30 (trinta) dias para realização das visitas após solicitação formal, o acúmulo de demandas e alterações na composição do Conselho ocasionaram atraso significativo. A inclusão da pauta foi submetida à votação e aprovada. Em seguida, passou-se à discussão sobre a formação das comissões permanentes. Foi destacado que o Conselho possui cinco comissões: Comissão de Política de Assistência Social; Comissão de Documentação e Cadastro; Comissão de Ética; Comissão de Financiamento; e Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização. Foram apresentadas as atribuições de cada comissão, enfatizando-se que a Comissão de Documentação e Cadastro concentra a maior carga de trabalho. Foram apresentados dados que evidenciam a dimensão das demandas, totalizando 104 (cento e quatro) visitas previstas para o ano, sendo 08 (oito) referentes a novas inscrições e aproximadamente 100 (cem) atualizações cadastrais obrigatórias. Foi informado que todas as instituições devem solicitar atualização até o dia 30 de abril, a fim de manter válida sua certificação junto ao Conselho, condição indispensável para participação em editais e formalização de parcerias públicas. Destacou-se, ainda, a necessidade de revisão do instrumental de visita, atualmente composto por 11 (onze) páginas, considerado extenso e pouco adequado à realidade de diversas entidades. Diante desse cenário, foi sugerida a realização de um mutirão envolvendo todos os conselheiros, com o objetivo de dar maior celeridade às visitas técnicas. A proposta considerou que, caso apenas quatro membros componham a Comissão de Documentação e Cadastro, haveria sobrecarga de trabalho, tornando inviável o cumprimento das demandas. A sugestão foi bem acolhida, ficando pactuado que, na reunião de fevereiro, será promovida formação específica sobre realização de visitas técnicas e elaboração de relatórios, bem como a construção de cronograma organizado por territórios, visando otimizar deslocamentos e logística. Também foi debatida a necessidade de apoio estrutural, especialmente a disponibilização de transporte institucional para realização das visitas. Ficou encaminhado que a Presidência dialogará com a gestão municipal para verificar a viabilidade desse suporte. Reforçou-se, ainda, que as agendas de visitas serão comunicadas com antecedência, possibilitando melhor organização dos conselheiros. Na sequência, a Presidente apresentou as duas visitas realizadas. A primeira ocorreu no Instituto Domingos Olímpio de Cultura, Esporte e Educação (INDECE), entidade que atua nos territórios de Jaibaras e Ipueirinha, desenvolvendo atividades voltadas a adolescentes e jovens entre 11 e 18 anos. A instituição realiza ações de fortalecimento de vínculos, práticas esportivas, atividades comunitárias e projetos sociais, atendendo, em média, entre 100 (cem) e 170 (cento e setenta) jovens. Foi informado que a documentação encontra-se regular, e que a instituição apresentou planejamento de ações futuras, demonstrando organização e compromisso com a política pública. A segunda visita foi realizada na Associação de Moradores dos Terrenos Novos Benedito Tonho, que desenvolve atividades nas áreas de esporte, cultura, comunicação comunitária e qualificação profissional, além de atuar como cozinha comunitária, realizando distribuição de refeições. Os conselheiros destacaram o compromisso das lideranças comunitárias e o impacto social das ações desenvolvidas, reconhecendo tratar-se de instituição consolidada e com forte vínculo com o território. Após as apresentações e os devidos esclarecimentos, foi submetida à votação a certificação das duas instituições. Considerando a regularidade documental, os relatórios apresentados e a necessidade das entidades participarem de editais de financiamento, ambas as certificações foram aprovadas por unanimidade. Registrou-se, contudo, a recomendação de que, nas próximas ocasiões, os relatórios sejam encaminhados previamente aos conselheiros, a fim de possibilitar análise antecipada e maior segurança nas deliberações. Outro ponto relevante abordado foi a questão da paridade do Conselho para fins de preenchimento do Censo SUAS. Foi informado que o CMAS deve manter composição paritária entre representantes governamentais e da sociedade civil, totalizando 14 (quatorze) membros em cada segmento. Atualmente, há 14 (quatorze) representantes governamentais e 13 (treze) da sociedade civil, restando uma vaga de suplente para representante dos usuários. Após discussão, deliberou-se que a forma mais legítima de preenchimento da vaga será